



PC-BA

Investigador

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto	1
Tipologia e gêneros textuais	6
Elementos da comunicação e funções da linguagem	17
Semântica: significação de palavras e expressões; relações de sinonímia e de antonímia	22
Figuras de linguagem	27
Reescrita de frases (substituição, deslocamento, paralelismo). Reescrita de orações, períodos, frases e parágrafos	33
Morfologia: estrutura e formação de palavras	39
Ortografia	45
Acentuação gráfica	53
Classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto	55
Sintaxe: termos da oração e relações sintático-semânticas estabelecidas entre termos, orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e por subordinação)	67
Concordância verbal e nominal	73
Regência verbal e nominal	79
Uso da crase	86
Colocação pronominal	90
Funções do “que” e do “se”	93
Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto	96
Elementos de coesão e suas funções no texto (referenciação, sequenciação)	100
Função textual dos vocábulos	108
Redação Oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República): aspectos gerais, gêneros textuais, finalidade dos principais modelos; níveis de linguagem, adequação linguística, análise de atos oficiais	116
Variação linguística	137
Norma culta	139
QUESTÕES	142
GABARITO	149

RACIOCÍNIO LÓGICO

Conjuntos numéricos: Números inteiros, racionais e reais	1
Sistema Legal de medidas	14

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Razões e proporções	19
Divisão proporcional	21
Regras de três simples e compostas	24
Porcentagens	26
Equações e inequações de 1º e de 2º graus	28
Sistemas lineares	37
Funções e gráficos	41
Princípios de contagem. Princípios de contagem e probabilidade	50
Progressões aritméticas e geométricas	58
Compreensão de estruturas lógicas	62
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	66
Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas-verdade. Equivalências. Leis de Morgan. Diagramas lógicos	71
Lógica de primeira ordem	81
Operações com conjuntos	83
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	89
QUESTÕES	93
GABARITO	101

ATUALIDADES

Atualidades em âmbito internacional, nacional e do Estado da Bahia: Conflitos geopolíticos, relações internacionais, direitos humanos, democracia, cidadania, desigualdades sociais, meio ambiente, mudanças climáticas, saúde pública, educação, trabalho, economia, violência, tecnologia de informação, cultura, problemas urbanos, segurança pública	1
Comunicação: conceitos, efeitos e implicações sociais, econômicas, políticas e culturais	7
QUESTÕES	13
GABARITO	18

INFORMÁTICA

Sistema Operacional Windows 11 em português: Fundamentos do Windows; operações com janelas, menus, barra de tarefas e área de trabalho. Trabalho com pastas e arquivos: localização de arquivos e pastas; movimentação e cópia de arquivos e pastas; criação e exclusão de arquivos e pastas. Configurações básicas do Windows: resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, plano de fundo e proteção de tela. Windows Explorer	1
---	---

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Pacote office 365 em português: Processador de Textos Word: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do Word. Formatação de documentos: recursos de margens, tabulação, recuo e espaçamento horizontal, espaçamento vertical, fontes e estilos (negrito, sublinhado, itálico, subscrito, sobrescrito etc.). Organização do texto em listas e colunas. Estilos e modelos. Cabeçalhos e rodapés. Configuração de página.....	10
Planilha Eletrônica - Excel: área de trabalho, barras de ferramentas, botões e menus do Excel; deslocamento do cursor na planilha; seleção de células, linhas e colunas. Introdução de números, textos, fórmulas e datas na planilha; referência absoluta e relativa. Principais funções do Excel: matemáticas, estatísticas, data e hora, financeiras e de texto. Formatação de planilhas: número, alinhamento, bordas, fontes e padrões. Edição da planilha: operações de copiar, colar, recortar, limpar e selecionar. Classificação de dados nas planilhas. Gráficos.....	15
Software de apresentação PowerPoint. Barras de ferramentas, botões e menus do PowerPoint. Criação de apresentações e inserção de slides; elementos da tela e modos de visualização. Objetos de texto: formatar, mover, copiar e excluir objetos. Listas numeradas, listas com marcadores e objetos de desenho. Uso de tabelas, gráficos, planilhas e organogramas; layout, esquema de cores, segundo plano e slide mestre; montagem de slides animados. Integração com Word e Excel.....	16
Redes de Computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet; Programas de navegação: Edge, Chrome e Firefox.....	21
Conceitos básicos de computação em nuvem.....	26
Deep Web e Dark Web.....	28
Correio eletrônico: endereços, utilização e recursos típicos.....	29
Conceitos de segurança da informação: procedimentos de segurança; programas maliciosos, ferramentas antivírus e criptografia.....	34
Procedimentos de backup.....	40
Armazenamento de dados em nuvem.....	42
QUESTÕES.....	43
GABARITO.....	51

PROMOÇÃO DA IGUALDADE E DE GÊNERO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Artigos 1º, 3º, 4º e 5º).....	1
Constituição do Estado da Bahia (Capítulo XXIII - "Do Negro").....	6
Lei Federal nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial.....	7
Lei Federal nº 7.716/1989 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.....	18
Decreto Federal nº 65.810/1969 - Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.....	21
Decreto Federal nº 4.377/2002 - Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.....	30
Lei Federal nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha.....	39
Código Penal Brasileiro (Artigo 140).....	52
Lei Federal nº 9.455/1997 - Crimes de Tortura.....	52
Lei Federal nº 2.889/1956 - Define e pune o Crime de Genocídio.....	53

SUMÁRIO



Lei Federal nº 7.437/1985 - Lei Caó.....	54
Lei Estadual nº 14.521/2022 - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais	56
Lei Estadual nº 13.182/2014 - Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia	65
Lei Federal nº 10.678/2003 e suas alterações	80
Lei Federal nº 13.341/2016	80
Lei Federal 14.600/2023.....	102
Decreto Federal nº 4.886/03	141
Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores e legislação aplicável a cada um dos tópicos do edital.....	145
QUESTÕES.....	151
GABARITO	158

MEDICINA LEGAL

Conceito, importância e divisões.....	1
Corpo de Delito, perícia e peritos	8
Documentos médico-legais. Conceitos de identidade, de identificação e de reconhecimento	15
Principais métodos de identificação	22
Lesões e mortes por ação contundente, por instrumentos cortantes, perfurantes, perfurocortantes e corto contundentes; Lesões e mortes por projéteis de arma de fogo, incluindo aspectos médico-legais dos orifícios de entrada e saída, trajetória, distância de disparo e efeitos lesionais relacionados à energia do projétil.....	34
Conceito e diagnóstico da morte. Fenômenos cadavéricos. Cronotanatognose, comoriência e premoriência. Exumação. Causa jurídica da morte. Morte súbita e morte suspeita	45
Exame e preservação de locais de crime.....	56
Aspectos médico-legais das toxicomanias e da embriaguez; Lesões e morte por ação térmica, por ação elétrica, por baropatias e por ação química.....	64
Aspectos médico-legais dos crimes contra a dignidade sexual: Violência sexual, estupro, estupro de vulnerável, importunação sexual, assédio sexual e coleta/ preservação de vestígios.....	69
Asfixias por constrição cervical, por sufocação, por restrição aos movimentos do tórax e por modificações do meio ambiente.....	75
Aspectos médico-legais do aborto, infanticídio e abandono de recém-nascido	81
Modificadores e avaliação pericial da imputabilidade penal e da capacidade civil; Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perturbação mental.....	86
Aspectos médico-legais do testemunho, da confissão e da acareação.....	93
Cadeia de custódia, vestígios e evidências.....	99

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Aspectos médico-legais da violência doméstica e familiar e da violência contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência	105
QUESTÕES.....	111
GABARITO	116

LEGISLAÇÃO GERAL

Lei Estadual nº 6.677/1994 - Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia	1
Lei Estadual nº 14.634/2023 - Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia	36
Lei Estadual nº 12.209/2011 - Dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências.....	59
Lei Estadual nº 11.370/2009 - Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia e alterações	84
Lei Federal nº 8.906/1994 - Estatuto da Advocacia	116
Questões	140
GABARITO	146

NOÇÕES DE CONTABILIDADE

Fundamentos da Contabilidade: Conceitos, objeto, objetivos e finalidades da Contabilidade.....	1
Usuários da informação contábil. Princípios e características qualitativas da informação contábil. Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	2
Patrimônio: Conceito e componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido. Equação fundamental do patrimônio. Situação líquida patrimonial. Representação gráfica do patrimônio. Origens e aplicações de recursos.....	8
Atos e Fatos Administrativos: Conceitos. Atos administrativos e fatos contábeis. Fatos permutativos, modificativos e mistos.....	10
Contas Contábeis: Conceito e classificação das contas. Contas patrimoniais e de resultado. Débito, crédito e saldo. Funcionamento das contas.....	11
Plano de Contas: Conceito e finalidade. Elenco e codificação das contas. Função e funcionamento das contas. Sistemas de contas	12
Escrituração Contábil: Conceito e métodos de escrituração. Partidas dobradas. Lançamentos contábeis: elementos essenciais e fórmulas de lançamento. Livros contábeis obrigatórios e facultativos. Erros de escrituração e formas de retificação....	18
Operações Contábeis Diversas: Juros simples e compostos aplicados à contabilidade. Descontos comerciais e financeiros. Tributos incidentes sobre operações empresariais. Aluguéis e receitas/despesas antecipadas. Variação monetária e cambial. Folha de pagamento e encargos sociais. Compras de mercadorias e controle de estoques. Vendas de mercadorias, deduções da receita bruta e custo das mercadorias vendidas (CMV). Depreciação, amortização e exaustão. Baixa e alienação de bens	21
Análise e Conciliação Contábil: Conceitos e objetivos. Composição e análise de contas. Conciliação bancária. Ajustes e regularizações contábeis	26

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Balancete de Verificação: Conceito e finalidade. Estrutura e modelos. Técnicas de elaboração e análise	28
Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial: Conceito, finalidade e estrutura. Classificação de ativos e passivos. Patrimônio líquido	30
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Conceito, objetivo e estrutura. Receitas, custos e despesas. Apuração do resultado do exercício	37
Notas Explicativas: Conceito, finalidade e elaboração.....	42
Matemática Financeira Aplicada: Juros simples e compostos. Descontos. Taxas equivalentes e proporcionais.....	51
Noções de Finanças: Conceitos básicos de administração financeira. Fluxo de caixa. Capital de giro. Indicadores financeiros básicos	58
Noções de Orçamento Público e Privado: Conceito e finalidade do orçamento. Planejamento e controle orçamentário. Tipos de orçamento	64
Noções de Tributos: Conceito e espécies tributárias. Tributos incidentes sobre operações empresariais. Impactos tributários nas atividades das empresas	70
QUESTÕES.....	76
GABARITO	81

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Noções de organização administrativa: Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista	1
Ato administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Atos administrativos: requisitos ou elementos; atributos; classificação; atos administrativos em espécie; extinção dos atos administrativos; convalidação; vinculação e discricionariedade; atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes; decadência administrativa	7
Agentes públicos: Disposições constitucionais aplicáveis; Disposições doutrinárias; Conceito; Espécies; Cargo, emprego e função pública	13
Poderes administrativos: Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder.....	19
Licitação e contratos administrativos: Princípios; Contratação direta: dispensa e inexigibilidade; Modalidades; Tipos; Procedimento; Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	23
Controle da Administração Pública: Controle exercido pela Administração Pública; Controle judicial; Controle legislativo.....	108
Responsabilidade civil do Estado: Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado	112
Regime jurídico-administrativo: Conceito; Princípios expressos e implícitos da Administração Pública	116
Lei Estadual nº 11.370/2009 - dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia; Lei Estadual nº 6.677/1994 - Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia	121

SUMÁRIO



Lei de Improbidade Administrativa	121
Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores e legislação aplicável a cada um dos tópicos do edital.....	136
Questões	138
GABARITO	145

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.....	1
Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios	18
Administração pública: Disposições gerais, servidores públicos	31
Poder Executivo, Legislativo e Judiciário	42
Defesa do Estado e das instituições democráticas, segurança pública e organização da segurança pública	87
Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores e legislação aplicável a cada um dos tópicos do edital.....	90
Questões	115
GABARITO	122

ESTATÍSTICA

Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)	1
Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência	15
Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados. Tamanho amostral	18
Teorema de Bayes.....	24
QUESTÕES.....	26
GABARITO	34

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Princípios do Direito Penal	1
Aplicação da lei penal: Lei penal no tempo e no espaço; Tempo e lugar do crime; Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.....	4

SUMÁRIO



Infração penal: Conceito, elementos e espécies; Sujeito ativo e sujeito passivo; Teoria geral do crime: Fato típico e seus elementos; Conduta, resultado, nexos causal e tipicidade; Crime doloso e crime culposos; Erro de tipo; Crime consumado e crime tentado; Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível; Ilícitude: Causas de exclusão da ilícitude; Estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito; Excesso punível; Culpabilidade: Elementos e causas de exclusão; Imputabilidade penal; Potencial consciência da ilícitude; Exigibilidade de conduta diversa; Erro de proibição; Concurso de pessoas: Autoria, coautoria e participação; Comunicabilidade de elementares e circunstâncias	8
Concurso de crimes: Concurso material, concurso formal e crime continuado	27
Pena: Espécies de pena; Aplicação da pena; Regimes de cumprimento de pena; Substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos; Suspensão condicional da pena e livramento condicional	31
Extinção da punibilidade: Causas de extinção da punibilidade; Prescrição	40
Crimes em espécie previstos no Código Penal: Crimes contra a pessoa	47
Crimes contra o patrimônio	86
Crimes contra a dignidade sexual	119
Crimes contra a incolumidade pública	136
Crimes contra a paz pública	156
Crimes contra a fé pública	160
Crimes contra a Administração Pública	172
Crimes contra o Estado Democrático de Direito	187
Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores e legislação aplicável a cada um dos tópicos do edital	197
Questões	203
GABARITO	210

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Lei Federal nº 5.553/1968 - Apresentação e uso de documentos de identificação pessoal	1
Lei Federal nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade	1
Lei Federal nº 7.716/1989 - Crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional)	8
Lei Federal nº 8.072/1990 - Lei dos Crimes Hediondos	8
Lei Federal nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro - crimes de trânsito	12
Lei Federal nº 9.455/1997 - Lei de Tortura	16
Lei Federal nº 9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais	16
Lei Federal nº 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento	30
Lei Federal nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha	40
Lei Federal nº 11.343/2006 - Lei de Drogas	40
Lei Federal nº 7.960/1989 - Lei de Prisão Temporária	64

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei Federal nº 9.099/1995 - Juizados Especiais Criminais	66
Lei Federal nº 10.259/2001 - Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal	79
Lei Federal nº 9.296/1996 - Interceptação de comunicações telefônicas	82
Lei Federal nº 12.850/2013 - Lei das Organizações Criminosas	84
Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente	94
Lei Federal nº 10.741/2003 - Estatuto da Pessoa Idosa	162
Lei Federal nº 7.492/1986 - Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	182
Lei Federal nº 4.737/1965 - Código Eleitoral	185
Lei Federal nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal	250
Lei Federal nº 8.137/1990 - Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo	287
Lei Federal nº 8.078/1990 (Título II) - Infrações penais previstas no Código de Defesa do Consumidor	291
Lei Federal nº 8.429/1992 - Lei de Improbidade Administrativa	293
Resolução nº 217-A (III) 1948 - Declaração Universal dos Direitos Humanos	308
Decreto-Lei Federal nº 3.688/1941 - Lei das Contravenções Penais	312
Lei Federal nº 9.613/1998 - Lei de Lavagem de Dinheiro	320
Lei Federal nº 12.037/2009 - Lei de Identificação Criminal	329
Lei Federal nº 12.830/2013 - Lei da Investigação Criminal	332
Lei Federal nº 9.807/1999 - Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas	332
Lei Federal nº 14.597/2023 - Lei Geral do Esporte (no tocante às infrações penais nela previstas)	337
Lei Federal nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência (especialmente quanto aos crimes previstos em seu texto)	389
Lei Federal nº 14.344/2022 - Lei Henry Borel (referente à prevenção e ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente)	421
Lei Federal nº 15.358/2026 - Marco Legal de Combate ao Crime Organizado no Brasil	431
Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores e legislação aplicável a cada um dos tópicos do edital	452
QUESTÕES	459
GABARITO	465

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRA- GANTE

Lei Federal nº 5.553/1968 - Apresentação e uso de documentos de identificação pessoal	1
Lei Federal nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade	1
Lei Federal nº 7.716/1989 - Crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional)	8

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei Federal nº 8.072/1990 - Lei dos Crimes Hediondos.....	8
Lei Federal nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro - crimes de trânsito	12
Lei Federal nº 9.455/1997 - Lei de Tortura	16
Lei Federal nº 9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais	16
Lei Federal nº 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento	30
Lei Federal nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha	40
Lei Federal nº 11.343/2006 - Lei de Drogas	40
Lei Federal nº 7.960/1989 - Lei de Prisão Temporária	64
Lei Federal nº 9.099/1995 - Juizados Especiais Criminais	66
Lei Federal nº 10.259/2001 - Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal	79
Lei Federal nº 9.296/1996 - Interceptação de comunicações telefônicas	82
Lei Federal nº 12.850/2013 - Lei das Organizações Criminosas	84
Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente	94
Lei Federal nº 10.741/2003 - Estatuto da Pessoa Idosa	162
Lei Federal nº 7.492/1986 - Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	182
Lei Federal nº 4.737/1965 - Código Eleitoral.....	185
Lei Federal nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal	250
Lei Federal nº 8.137/1990 - Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo	287
Lei Federal nº 8.078/1990 (Título II) - Infrações penais previstas no Código de Defesa do Consumidor	291
Lei Federal nº 8.429/1992 - Lei de Improbidade Administrativa	293
Resolução nº 217-A (III) 1948 - Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	308
Decreto-Lei Federal nº 3.688/1941 - Lei das Contravenções Penais	312
Lei Federal nº 9.613/1998 - Lei de Lavagem de Dinheiro	320
Lei Federal nº 12.037/2009 - Lei de Identificação Criminal	329
Lei Federal nº 12.830/2013 - Lei da Investigação Criminal.....	332
Lei Federal nº 9.807/1999 - Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas	332
Lei Federal nº 14.597/2023 - Lei Geral do Esporte (no tocante às infrações penais nela previstas)	337
Lei Federal nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência (especialmente quanto aos crimes previstos em seu texto).....	389
Lei Federal nº 14.344/2022 - Lei Henry Borel (referente à prevenção e ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente)	421
Lei Federal nº 15.358/2026 - Marco Legal de Combate ao Crime Organizado no Brasil.....	431
Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores e legislação aplicável a cada um dos tópicos do edital.....	452
QUESTÕES.....	459
GABARITO	465

SUMÁRIO



Compreensão e interpretação de texto

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

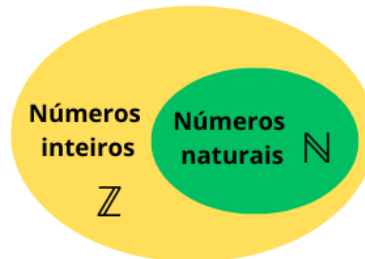
A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS ($\mathbb{Z}$)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$



O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

- $\mathbb{Z}_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos.
- $\mathbb{Z}_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0\}$: conjunto dos números inteiros não positivos.
- $\mathbb{Z}_+^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.
- $\mathbb{Z}_-^* = \{\dots, -4, -3, -2, -1\}$: conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

► Módulo

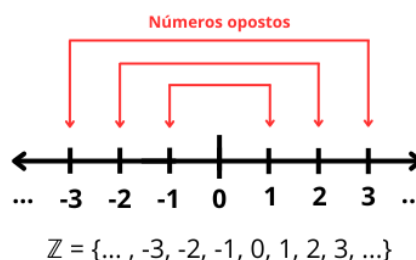
O módulo de um número inteiro é a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Ele é representado pelo símbolo $| |$.

- O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$
- O módulo de +6 é 6 e indica-se $|+6| = 6$
- O módulo de -3 é 3 e indica-se $|-3| = 3$
- O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

► Números Opostos

Dois números inteiros são considerados opostos quando sua soma resulta em zero; dessa forma, os pontos que os representam na reta numérica estão equidistantes da origem.

Exemplo: o oposto do número 4 é -4, e o oposto de -4 é 4, pois $4 + (-4) = (-4) + 4 = 0$. Em termos gerais, o oposto, ou simétrico, de "a" é "-a", e vice-versa; notavelmente, o oposto de zero é o próprio zero.



**CENÁRIO INTERNACIONAL: GEOPOLÍTICA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORDEM GLOBAL****► Reorganização do poder mundial****Multipolaridade e competição estratégica**

A ordem internacional contemporânea é marcada pela dispersão do poder entre diferentes centros econômicos, militares e tecnológicos. Os Estados Unidos permanecem como potência de alcance global, mas enfrentam a crescente projeção da China, o reposicionamento da Rússia, a maior influência da Índia e a articulação de países emergentes em fóruns como o BRICS e o G20. Essa configuração não representa o desaparecimento das antigas potências, mas uma ordem mais fragmentada, competitiva e sujeita a alianças variáveis.

A rivalidade entre Estados Unidos e China ultrapassa o comércio. Ela envolve semicondutores, inteligência artificial, redes de telecomunicação, minerais críticos, domínio marítimo e capacidade industrial. Tarifas, restrições tecnológicas e políticas de realocação produtiva mostram que eficiência econômica e segurança nacional passaram a ser tratadas conjuntamente.

► Conflitos e crises humanitárias**Ucrânia e segurança europeia**

A guerra na Ucrânia entrou em seu quinto ano de grande escalada, mantendo elevados custos humanos e econômicos. Além de mortes, deslocamentos e destruição de infraestrutura, o conflito modificou a política de defesa europeia, ampliou gastos militares e reforçou o debate sobre energia, segurança alimentar e dependência estratégica.

O confronto também evidencia os limites da governança internacional. O poder de veto no Conselho de Segurança dificulta decisões coletivas, enquanto sanções econômicas, ajuda militar e negociações diplomáticas coexistem sem produzir solução definitiva.

Oriente Médio

Os conflitos no Oriente Médio continuam produzindo crises humanitárias, destruição de serviços essenciais e deslocamentos populacionais. A situação de civis em Gaza permanece particularmente grave, com dificuldades de acesso a água, alimentação, saúde e saneamento. As tensões regionais também afetam preços de energia, rotas marítimas e cadeias globais de abastecimento.

Os principais impactos geopolíticos podem ser sintetizados da seguinte maneira:

- Ampliação da instabilidade nos mercados de energia e transporte.
- Agravamento das crises de refugiados e deslocados internos.
- Questionamentos sobre o cumprimento do direito humanitário.
- Aumento da polarização diplomática entre os Estados.
- Pressão sobre organismos multilaterais e operações de ajuda.



WINDOWS 11

O Microsoft Windows 11 representa a mais recente iteração da famosa série de sistemas operacionais da Microsoft.

Lançado como sucessor do Windows 10, o Windows 11 foi projetado para oferecer uma experiência de usuário aprimorada, juntamente com melhorias no desempenho, segurança e funcionalidades.

Além disso, a Microsoft introduziu uma série de mudanças no design, tornando o Windows 11 visualmente distinto em relação às versões anteriores.



► Recursos do Windows 11

- **Nova interface de usuário:** o Windows 11 traz uma interface de usuário redesenhada, com um novo menu Iniciar no centro da barra de tarefas, cantos arredondados, ícones renovados e uma barra de tarefas simplificada. Essa mudança visa fornecer uma aparência mais moderna e coesa.
- **Compatibilidade de aplicativos:** o Windows 11 é projetado para ser compatível com a maioria dos aplicativos e programas disponíveis para o Windows 10. Além disso, a Microsoft trabalhou para melhorar a compatibilidade com aplicativos Android por meio da Microsoft Store.
- **Desempenho aprimorado:** a Microsoft afirma que o Windows 11 oferece melhor desempenho em comparação com seu antecessor, graças a otimizações no núcleo do sistema operacional e suporte a hardware mais recente.
- **Mudanças no Snap Layouts e Snap Groups:** as funcionalidades de organização de janelas no Windows 11 foram aprimoradas com o Snap Layouts e Snap Groups, facilitando a organização de aplicativos e janelas abertas em vários monitores.
- **Widgets:** o Windows 11 introduz widgets que fornecem informações personalizadas, como notícias, clima e calendário, diretamente na área de trabalho.
- **Integração do Microsoft Teams:** o Microsoft Teams é integrado ao sistema operacional, facilitando a comunicação e a colaboração.
- **Suporte a jogos:** o Windows 11 oferece suporte aprimorado para jogos com o DirectX 12 Ultimate e o Auto HDR, proporcionando uma experiência de jogo mais imersiva.
- **Requisitos de Hardware:** o Windows 11 introduziu requisitos de hardware mais rígidos em comparação com o Windows 10. Para aproveitar todos os recursos, os dispositivos devem atender a determinadas especificações, incluindo TPM 2.0 e Secure Boot.

É importante mencionar que, além do Windows 11, a Microsoft pode ter lançado versões superiores do sistema operacional no momento em que este texto foi escrito. Como com qualquer sistema operacional, as versões posteriores geralmente buscam aprimorar a experiência do usuário, a segurança e a compatibilidade com hardware e software mais recentes.



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

(...)

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.



A Medicina Legal é o campo científico que aplica conhecimentos médicos, biológicos e técnicos à solução de questões relevantes para o Direito e para a administração da Justiça. Sua função consiste em examinar fatos relacionados ao corpo humano, à saúde, à doença, à integridade física, à capacidade mental, à identidade e à morte, transformando observações científicas em informações compreensíveis e úteis à autoridade competente.

Não se trata apenas da medicina dos cadáveres nem de atividade limitada à investigação de homicídios. A Medicina Legal atua em pessoas vivas, mortos, vestígios biológicos, documentos clínicos, locais de ocorrência e materiais submetidos a análises laboratoriais. Sua aplicação alcança processos penais, civis, trabalhistas, previdenciários, administrativos e disciplinares.

O seu caráter jurídico decorre da finalidade da avaliação. O profissional não examina apenas para diagnosticar ou tratar, mas para esclarecer uma questão que produzirá consequências legais. Assim, uma lesão pode ser analisada para determinar sua natureza, gravidade, mecanismo de produção, tempo provável de ocorrência e repercussões sobre a capacidade da vítima.

► Objeto da Medicina Legal

Fatos biológicos de interesse jurídico

O objeto da Medicina Legal é constituído por fenômenos médicos e biológicos cuja compreensão seja necessária para aplicar uma norma jurídica ou decidir uma controvérsia. O exame pode envolver identificação humana, lesões corporais, intoxicações, violência sexual, capacidade civil, imputabilidade penal, acidentes de trabalho, morte e filiação biológica.

A disciplina estuda não apenas o resultado final, mas também os mecanismos que o produziram. Em uma morte violenta, por exemplo, não basta confirmar o óbito. É necessário examinar a causa médica da morte, o instrumento ou meio utilizado, o intervalo post mortem e as circunstâncias compatíveis com os vestígios encontrados.

Os principais objetos submetidos à análise médico-legal podem ser organizados da seguinte forma:

- Pessoas vivas examinadas para avaliação de lesões, idade, capacidade, estado mental ou violência sofrida.
- Cadáveres submetidos à identificação, exame externo, necropsia e determinação da causa da morte.
- Vestígios biológicos, como sangue, saliva, sêmen, tecidos, ossos, cabelos e material genético.
- Documentos médicos utilizados para reconstruir atendimentos, tratamentos, diagnósticos e evolução clínica.
- Locais de ocorrência analisados para relacionar a posição do corpo, os vestígios e a dinâmica do evento.

► Natureza interdisciplinar

Integração entre Medicina e Direito

A Medicina Legal ocupa posição intermediária entre as ciências da saúde e as ciências jurídicas. O perito precisa dominar os fundamentos técnicos do exame e compreender a questão jurídica que deve ser esclarecida. Sem conhecimento médico, a conclusão pode ser cientificamente inadequada. Sem compreensão da finalidade jurídica, o exame pode deixar de responder ao problema relevante.

A disciplina também se relaciona com anatomia, fisiologia, patologia, genética, toxicologia, psiquiatria, psicologia, odontologia, antropologia, química e criminalística. Essa integração permite que problemas complexos sejam avaliados por profissionais de diferentes especialidades.

**LEI Nº 6677 DE 26 DE SETEMBRO DE 1994**

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DA BAHIA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, de qualquer dos Poderes, suas autarquias e fundações públicas.

Art. 2º Servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, com as características essenciais de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos, para provimento em caráter permanente ou temporário.

Art. 4º Os cargos de provimento permanente da administração pública estadual, das autarquias e das fundações públicas serão organizados em grupos ocupacionais, integrados por categorias funcionais identificadas em razão do nível de escolaridade e habilidade exigidos para o exercício das atribuições previstas em lei.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei:

I - referência - é a posição estabelecida para o ocupante do cargo dentro da respectiva classe, de acordo com o critério de antiguidade;

II - classe - é a posição hierarquizada de cargos da mesma denominação dentro da categoria funcional;

III - categoria funcional - é o agrupamento de cargos classificados segundo o grau de conhecimentos ou de habilidades exigidos;

IV - grupo ocupacional - é o conjunto de cargos identificados pela similaridade de área de conhecimento ou de atuação, assim como pela natureza dos respectivos trabalhos;

V - carreira - é a linha estabelecida para evolução em cargo de igual nomenclatura e na mesma categoria funcional, de acordo com o merecimento e antigüidade do servidor;

VI - estrutura de cargos - é o conjunto de cargos ordenados segundo os diversos grupos ocupacionais e categorias funcionais correspondentes;

VII - lotação - é o número de cargos de categoria funcional atribuído a cada unidade da administração pública direta, das autarquias e das fundações.

Art. 6º Quadro é o conjunto de cargos de provimento permanente e de provimento temporário, integrantes dos órgãos dos Poderes do Estado, das autarquias e das fundações públicas.

Art. 7º É proibida a prestação de serviço gratuito, salvo nos casos previstos em lei.



► Conceito

Contabilidade é a ciência social que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade, observando seus aspectos quantitativos e por meio de técnicas, suas variações no decorrer do tempo.

Todas essas informações são úteis para a tomada de decisões, dentro e fora do ambiente da empresa, analisando, registrando e controlando o patrimônio. Através de relatórios gerados pela Contabilidade, esses dados são entregues ao seu público de interesse.

Como ciência social, a Contabilidade pode ter seus métodos aplicados nas pessoas físicas ou jurídicas, possuidoras ou não de finalidades lucrativas.

A Contabilidade pode ser dividida em algumas áreas:

- **Auditoria:** Conjunto de métodos e técnicas encarregados de analisar e avaliar atividades, no sentido de apurar a transparência dos registros contábeis e a exatidão da prática das operações para que seja emitida opinião formal sobre os as mesmas.
- **Perícia:** Pela definição da Norma Brasileira de Contabilidade, a perícia contábil é “o conjunto de procedimentos técnicos, que tem por objetivo a emissão de laudo ou parecer sobre questões contábeis, mediante exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação ou certificado”.
- **Contabilidade do terceiro setor:** Possibilita demonstrar clareza para a sociedade no trabalho desenvolvido por entidades deste setor, gerando confiabilidade na captação de novos recursos.
- **Contabilidade Fiscal:** Atua através de conhecimentos específicos, registrando e escriturando todos os fatos que incidem nas obrigações tributárias. Muitas vezes, os serviços fiscais são terceirizados através de escritórios contábeis que ficam responsáveis também pela apuração e contabilização das rotinas de departamento pessoal.
- **Contabilidade de seguros:** Através de sistema de controle e análise financeiros, contabiliza as atividades de uma seguradora necessárias à tomada de decisão.
- **Contabilidade bancária:** Responsável pela contabilização das instituições de crédito e finanças.
- **Contabilidade Pública:** Conjunto de normas e princípios , aplicados para o controle do patrimônio das entidades do setor público.
- **Contabilidade imobiliária:** Área da Contabilidade que analisa e controla o patrimônio das empresas com atividades no mercado imobiliário.
- **Contabilidade digital:** Concentração de órgãos do governo Federal na formalização dos registros de escrituração contábil eletrônica com o objetivo de combater a sonegação fiscal.
- **Contabilidade de Custos:** Voltada para a análise dos custos que a empresa possui na produção de seus bens ou na prestação de seus serviços.
- **Consolidação de balanços:** Técnica contábil utilizada para concentrar o patrimônio e os resultados de um grupo de empresas que tem o mesmo controle societário.

► Objetivo

O Objetivo da Contabilidade é registrar, organizar e formalizar atos e fatos que afetam a entidade. Além de apresentar de maneira estruturada, seus bens, direitos, obrigações e resultados. As principais técnicas utilizadas para o alcance de seus objetivos são: escrituração, demonstrações contábeis e análise de balanços.



ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: NOÇÕES GERAIS

► Conceito de organização administrativa

Estrutura criada para o exercício da função administrativa

A organização administrativa corresponde ao modo como o Estado estrutura pessoas, órgãos e entidades para exercer a função administrativa. Essa organização define quem executa as atividades públicas, como as competências são distribuídas, quais entidades integram a Administração Pública e de que maneira o Poder Público se relaciona com particulares que colaboram na execução de serviços ou atividades de interesse coletivo.

No Direito Administrativo, estudar a organização administrativa significa compreender a arquitetura institucional da Administração Pública. O Estado não atua de forma abstrata; ele age por meio de pessoas jurídicas, órgãos, agentes e entidades. Cada um desses elementos possui função própria dentro do aparelho administrativo, permitindo a prestação de serviços públicos, o exercício do poder de polícia, a regulação de atividades, a gestão de bens e a execução de políticas públicas.

► Administração Pública em sentido subjetivo e objetivo

Quem exerce e o que é exercido

A Administração Pública pode ser analisada em sentido subjetivo e em sentido objetivo. Em sentido subjetivo, orgânico ou formal, a expressão indica o conjunto de pessoas, órgãos e entidades responsáveis pelo desempenho da função administrativa. Nesse enfoque, observa-se quem integra a Administração Pública, como ministérios, secretarias, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Em sentido objetivo, material ou funcional, a Administração Pública representa a própria atividade administrativa. Nesse caso, o foco não está em quem atua, mas no que é realizado: prestação de serviços públicos, intervenção administrativa, fomento, polícia administrativa, regulação, fiscalização e gestão de interesses coletivos. Essa distinção é importante porque permite separar a estrutura administrativa da atividade administrativa.

► Administração direta e Administração indireta

Execução centralizada e execução por entidades próprias

A Administração direta é formada pelas pessoas políticas: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Essas pessoas possuem capacidade política, pois podem editar leis, organizar seus governos e exercer competências constitucionais. Dentro delas existem órgãos públicos, como ministérios, secretarias, departamentos, procuradorias e repartições, que não possuem personalidade jurídica própria, mas exercem competências em nome da pessoa política a que pertencem.

A Administração indireta é composta por entidades administrativas com personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas pelo Estado para desempenhar atividades específicas. Integram esse conjunto as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essas entidades não possuem capacidade política, mas possuem capacidade administrativa, pois podem gerir patrimônio, contratar, responder judicialmente e executar atividades dentro dos limites definidos por sua finalidade institucional.



DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigalam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.



ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A estatística é uma ciência que se dedica à coleta, organização, análise, interpretação e apresentação de dados. Seu papel é fundamental em diversas áreas do conhecimento, como economia, saúde, educação, engenharia, entre outras, permitindo transformar dados brutos em informações relevantes para a tomada de decisões e a resolução de problemas.

A estatística descritiva é uma das principais ramificações da estatística e tem como objetivo resumir e organizar grandes quantidades de dados de forma clara e acessível. Utilizando ferramentas, essa abordagem permite identificar padrões e tendências, além de simplificar a apresentação dos dados, tornando-os mais compreensíveis e úteis para análises. Vejamos essas ferramentas:

TABELAS

Em nosso dia a dia, somos constantemente expostos a uma vasta gama de informações, muitas vezes expressas de forma visual por meio de tabelas e gráficos. Esses recursos são ferramentas fundamentais da linguagem matemática e desempenham um papel crucial na organização e apresentação de dados de maneira clara e acessível.

As tabelas apresentam informações organizadas em linhas e colunas, o que facilita a leitura e interpretação de dados. Geralmente, são utilizadas quando há necessidade de comparar informações ou listar dados de maneira ordenada.

PROPOSTA DE NOVAS TABELAS DO SIMPLES NACIONAL - 2016						
RECEITA BRUTA EM 12 MESES - em R\$				ANEXO I comércio	ANEXO II indústria	ANEXO III serviços
Até R\$ 225.000,00				4,00%	4,50%	6,00%
De R\$ 225.000,01	a R\$ 450.000,00			8,25%	8,00%	12,25%
De R\$ 450.000,01	a R\$ 900.000,00			9,50%	10,00%	14,75%
De R\$ 900.000,01	a R\$ 1.800.000,00			11,25%	12,25%	17,25%
De R\$ 1.800.000,01	a R\$ 3.600.000,00			14,25%	14,50%	20,50%
De R\$ 3.600.000,01	a R\$ 7.200.000,00			15,50%	11,00%	29,45%
De R\$ 7.200.000,01	a R\$ 14.400.000,00			15,50%	21,75%	29,45%

Fonte: SEBRAE

Nas tabelas, é comum encontrarmos um título, que destaca a principal informação apresentada, e uma fonte, que identifica de onde os dados foram obtidos

GRÁFICOS

Ao contrário das tabelas, que mostram os dados de forma mais textual e organizada, os gráficos oferecem uma representação visual, facilitando a compreensão de padrões, tendências e comparações de maneira mais rápida e intuitiva.

► Tipos de Gráficos

Existem vários tipos de gráficos, e cada um é utilizado de acordo com o tipo de dado e o objetivo da apresentação.

▪ **Gráfico de linhas:** são utilizados, em geral, para representar a variação de uma grandeza em certo período de tempo. Os gráficos de linhas são utilizados, em geral, para representar a variação de uma grandeza ao longo do tempo. São ideais para mostrar tendências e evoluções. Marcamos os pontos determinados pelos pares ordenados (classe, frequência) e os conectamos por segmentos de reta.



PRINCÍPIOS

Princípio da Legalidade (ou reserva legal)

Trata-se do fixador do conteúdo das normas penais incriminadoras, ou seja, a elaboração de normas incriminadoras é função exclusiva da lei em sentido estrito, emanada do Poder Legislativo, respeitado o procedimento previsto na Constituição. Assim, nenhum fato pode ser considerado crime e nenhuma pena criminal pode ser aplicada sem que, antes da ocorrência desse fato exista uma lei que o defina como crime e comine-lhe sanção correspondente. Encontra-se previsto, expressamente, no art. 5.º, XXXIX, da CF, bem como no art. 1.º do Código Penal.

Princípio da Anterioridade

Significa que uma pessoa só pode ser punida, se a época do fato por ela praticado, já estava em vigor a lei que descrevia o delito. Desse modo, a lei penal incriminadora somente pode ser aplicada a um fato concreto, caso tenha tido origem antes da prática da conduta para a qual se destina, conforme dita o texto constitucional e o art. 1.º do Código Penal, *“não há crime sem lei anterior que o defina”, nem tampouco pena “sem prévia cominação legal”*.

Frise-se que o indivíduo somente está protegido contra os abusos do Estado, caso possa ter certeza de que as leis penais são aplicáveis para o futuro, a partir de sua criação, não retroagindo para abranger condutas já realizadas.

Princípio da Humanidade

Significa que o direito penal deve pautar-se pela benevolência, garantindo o bem-estar da coletividade, incluindo-se o dos condenados, os quais não devem ser excluídos da sociedade, somente porque infringiram a norma penal, tratados como se não fossem seres humanos, mas animais ou coisas.

Desse modo a Constituição dita que não haverá penas:

- a) de morte (exceção feita à época de guerra declarada, conforme previsão dos casos feita no Código Penal Militar);
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis (art. 5.º, XLVII), bem como que deverá ser assegurado o respeito à integridade física e moral do preso (art. 5.º, XLIX).

Princípio da Personalidade ou da responsabilidade pessoal

Significa que a punição, em matéria penal, não deve ultrapassar a pessoa do delinquente. Trata-se de uma conquista do direito penal moderno, impedindo que terceiros inocentes e totalmente alheios ao crime possam pagar pelo que não fizeram, nem contribuíram para que fosse realizado.

A família do condenado, por exemplo, não deve ser afetada pelo crime cometido. Por isso, prevê a Constituição, no art. 5.º, XLV, que *“nenhuma pena passará da pessoa do condenado”*. Isso não significa a impossibilidade de garantir à vítima do delito a indenização civil ou que o Estado não possa confiscar o produto do crime – aliás, o que o próprio art. 5.º, XLV, prevê.

No direito Civil, todavia, se o ofendido ajuizar ação de reparação de danos contra o sentenciado, caso este faleça, a ação pode prosseguir contra o espólio, atendido o limite da herança.



PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS

► Princípio da Presunção de Inocência ou da Não Culpabilidade

Do princípio da presunção de inocência (“todo acusado é presumido inocente até que se comprove sua culpabilidade”) emanam quatro regras:

- a) Regra probatória: cabe a quem acusa o ônus de provar legalmente e judicialmente a culpabilidade do imputado. Esta parte do princípio está na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 8º) e no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 14). Não existe presunção de veracidade dos fatos narrados em função da revelia, leia-se, não existe confissão ficta no processo penal, nem sequer quando o acusado não contesta os fatos descritos na peça acusatória.
- b) Regra de tratamento: o acusado não pode ser tratado como condenado antes do trânsito em julgado final da sentença condenatória (CR, art. 5º, LVII).
- c) Regra de julgamento ou valoração das provas:
- d) Excepcionalidade das medidas cautelares:

À defesa restaria a demonstração da eventual presença de fatos caracterizadores de excludente de ilicitude e culpabilidade, cuja presença fosse por ela alegada. Inquéritos policiais e ações penais em curso não podem ser utilizados para agravar a pena-base, inclusive a título de maus antecedentes, conforme entendimento consolidado na Súmula 444 do STJ.

É em razão de tal princípio que “o nome do réu só poderá ser lançado no rol dos culpados” após sentença condenatória transitada em julgado.

Outra repercussão do princípio é no campo das prisões anteriores ao trânsito em julgado. Defende-se, modernamente, que toda privação de liberdade antes do trânsito deve ostentar natureza cautelar, de modo a evitar mera antecipação da pena. Daí a razão pela qual ganhou força a tese de que a privação de liberdade antes do trânsito depende de fundamentos concretos e demonstrada a extrema necessidade.

► Princípio do Favor Rei

Trata-se de um princípio com sérias aplicações práticas: 1) na dúvida, em favor do réu; 2) em caso de empate (o que costuma ocorrer no julgamento colegiado de HC), a decisão é em favor do réu.

Por meio de tal princípio, conclui-se que, se existir conflito entre o jus puniendi do Estado e o jus libertatis do acusado, deve prevalecer (na fase final de julgamento) o jus libertatis (in dubio pro reo). Vale dizer, na dúvida absolve-se o imputado. Para Tourinho Filho, este princípio é corolário do princípio da igualdade das partes, na medida em que procura equilibrar a posição do réu frente ao Estado na persecução penal.

► Princípio da Imparcialidade do Juiz

O juiz para ser imparcial deve ter garantida a sua independência: independência funcional (é a independência interna dentro da própria magistratura, o juiz decide como achar melhor) e independência política (é a independência do Poder Judiciário frente aos demais Poderes, constituídos – Legislativo e Executivo – e fáticos – imprensa, por exemplo).

Não há jurisdição sem imparcialidade. Havendo dúvida fundada sobre a parcialidade do juiz, cabe exceção de suspeição. Cabe também exceção no caso de impedimento ou de incompatibilidade (arts. 252, 254 e 112 do CPP). Cumpre ressaltar, portanto, que no processo penal brasileiro não se admite juiz parcial. Se o Estado tem a missão de dar a cada um o que é seu (concepção aristotélica), só poderá realizá-la sendo imparcial.



Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

LEI Nº 5.553, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A nenhuma pessoa física, bem como a nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou de direito privado, é lícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada ou pública-forma, inclusive comprovante de quitação com o serviço militar, título de eleitor, carteira profissional, certidão de registro de nascimento, certidão de casamento, comprovante de naturalização e carteira de identidade de estrangeiro.

Art. 2º Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 5 (cinco) dias, os dados que interessarem devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor.

§ 1º - Além do prazo previsto neste artigo, somente por ordem judicial poderá ser retido qualquer documento de identificação pessoal. (Renumerado pela Lei nº 9.453, de 20/03/97)

§ 2º - Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada de pessoa em órgãos públicos ou particulares, serão seus dados anotados no ato e devolvido o documento imediatamente ao interessado. (Incluído pela Lei nº 9.453, de 20/03/97)

Art. 3º Constitui contravenção penal, punível com pena de prisão simples de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa de NCR\$ 0,50 (cinquenta centavos) a NCR\$ 3,00 (três cruzeiros novos), a retenção de qualquer documento a que se refere esta Lei.

Parágrafo único. Quando a infração for praticada por preposto ou agente de pessoa jurídica, considerar-se-á responsável quem houver ordenado o ato que ensejou a retenção, a menos que haja, pelo executante, desobediência ou inobservância de ordens ou instruções expressas, quando, então, será este o infrator.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.



Lei Federal nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade

LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).